

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 152ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/03/2023 - 9h
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABES-SP	Ana Lucia Brasil (T)
	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (S)
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti (T)
	Rodrigo Cunha Ducatti (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Luis Cláudio de Assis (T)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CMDR - Rio Claro	Melissa Pin Lucheti Sampaio (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S)
COPLACANA	José Rodolfo Penatti (T)
	Rodrigo Cunha Ducatti (S)
DAAE - Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
DAAE - Jundiaí	André Feliciano de Lira (T)
IP/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (S)
P.M. de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (T)
P.M. de Charqueada	Paola Mandetta Tokumoto (T)
P.M. de Itatiba	Ricardo Pires Staningher (T)
P.M. de Limeira	Fabio Leandro Ferraz Peixoto (S)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima (T)
Pró-Flor Atibaia	Alexandre Hiranaka (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SANASA	Luis Cláudio de Assis (S)
SEMAE	Dalva Bueno de Camargo (T)
	Renato Natalio Cardoso (S)
SIMA/CFB	Maitê de Souza Sandoval (T)
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda (T)
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (T)
Sindicato Rural de Monte Mor	Luís Fernando Amaral Binda (S)
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
UNICA	André Elia Neto (T)
UNICAMP	Adriano Luiz Tonetti (S)

Membros ausentes	
Entidade	

CISBRA	
IAC	
Instituto Agir Ambiental	
Instituto Terra Mater	
IPÊ	
Mackenzie - Campinas	
P.M. de Americana	
P.M. de Analândia	
P.M. de Campinas	
P.M. de Cordeirópolis	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Jarinu	
P.M. de Louveira	
P.M. de Salto	
P.M. de Santa Maria da Serra	
P.M. de Socorro	
P.M. de Toledo	
Rotary International - D4590	
Sindicato Rural de Atibaia	
Sindicato Rural de Bragança Paulista	
Sindicato Rural de Indaiatuba	
Sindicato Rural de Itu	
Sindicato Rural de Jundiaí	
Sindicato Rural de Piracicaba	
Sindicato Rural de Salto	
SINMEC	
Terceira Via	
UNICAMP/FEAGRI	

Membros ausentes com justificativa	
UNESP/IGCE	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Allan Campos
	Rebeca Silva
	Felipe Ferreira
	Karla Romão
	Lívia Modolo
	Marina Barbosa
	Sérgio Razera
ABES-SP	Luana Rodrigues Rios
	Marcos Luan Soares da Silva
	Eliana Kitahara
CATI	Isabel Campos Salles Figueiredo
Especialista do Estado Pernambuco	Fernandha Batista
DAE Valinhos	Daniel Maeda

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 152ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/03/2023 - 9h
Reunião por videoconferência – Google Meet

	Luiz H. Parodi
	Gustavo Pernomian
GAEMA PCJ	Rodrigo Sanches Garcia
P.M Artur Nogueira	Elis Marina dos Santos
	Francielly Cristine Saula
P.M. de Bragança Paulista	Daniel Tafuri Rebequi
	Carolina Mastrorosa Mourão
P.M. de Corumbatai	Felipe Genovês Eigenheer
P.M. de Capão Bonito	Reinaldo Jose Daniel Junior
	Rodrigo Brandini Bloes
P.M. de Engenheiro Coelho	Rossard R Oliveira
P.M. de Itatiba	Rogério Henrique Selicani
	Denis Lai
P.M de Itirapina	Alípio Marques Junior
P.M. de Jaguariúna	Silvana Turolla Broleze
P.M. de Limeira	Juvenal Soares de Araujo Neto
P.M. de Mogi Mirim	Marcelo Aparecido Bernardes de Faria
	Sandro da Prefeitura de Mogi Mirim
P.M. de Valinhos	Fernanda P. Capuvilla
	Lisiane Rocha A. de Carvalho
Pwtech	Patrícia Moreno Fernandes
	Daniel kuchida
SAA-CDA Limeira	Emiliana Ferigolli
SEMIL	Mario Almeida
Sindicato Rural de Atibaia	Thiago Rafael Nascimento
URPD de Piracicaba - SAA	Vera Salazar
Sem registro de entidade no chat	Jurandir Benedito Silvério
	Rodolfo Maccagnan
	Everaldo Silva
	Bernardo Guidotti de Castrio
	Rivetla Benchimol
	Conrado Hebling
	Dayany Salati
	Irio Frutuoso
	Paulo Henrique
	Reila Fontes
	Tamiris Regina Artuzi

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos vinte e quatro dias de março de 2023, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do Google Meet, a 152ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água no meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. **Pauta:** A pauta e a convocação da

reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 17 de março de 2023. **1. Abertura da 152ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL):** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP e coordenador da CT-Rural, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum em segunda chamada (acima de 33%) para o início da reunião. Na sequência, foi apresentado um vídeo com orientações para participação da reunião e foi apresentada a pauta da reunião. **2. Informes. 2.1. da Coordenação da CT-RURAL: a)** O Sr. Baraldi informou sobre as discussões realizadas nas reuniões em que a coordenação participou nos meses de fevereiro e março/23, sendo elas: **i.** em 27/02/23 participou do processo eleitoral no segmento de irrigação e uso agropecuário para composição da Plenária dos Comitês PCJ biênio 2023-2025, cujas entidades eleitas foram a AFOCAPI, SR Campinas, SR Rio Claro e SR Limeira; **ii.** em 03/03/23 participou da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL que tratou sobre importantes assuntos, com destaque à apreciação do Parecer da CT-SAM que tratou sobre manifestação referente à portaria GM/MS nº 888/2021, com proposta de plano de amostragem da qualidade da água para consumo humano na área rural. Assim, informou que eventuais dúvidas podem ser sanadas com os membros da coordenação; **b)** O Sr. Baraldi, com apoio da Sra. Livia Modolo da Agência PCJ, informou que foi encaminhada uma solicitação da ABES-SP solicitando a inclusão do Plano Municipal de Segurança da Água (PSA) a ser considerado em empreendimentos financiados pelo FEHIDRO, considerando o Guia Prático da Agência PCJ ([link](#)) no Termo de Referência (TR) do Plano Municipal de Saneamento Rural - PMSR ([link](#)). A Coordenação da CT analisou com apoio da Agência PCJ e entendeu que: **i.** a alteração nos TRs dos atuais pleitos é inviável, visto que o período de adequações dos empreendimentos já está na etapa final e os pareceres técnicos, aprovados pelo GT Análise de Empreendimentos, já foram enviados aos tomadores dentro dos prazos previstos na Deliberação Comitês PCJ nº 420/2022 ([link](#)); **ii.** a alteração no atual modelo de TR, visando o compartilhamento de versão atualizada para os próximos pleitos poderá ser feito. No entanto, é

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 152ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/03/2023 - 9h Reunião por videoconferência – Google Meet

necessária que seja feita uma proposta, a qual tenha conteúdo suficiente para discussão. O Dr. Rodrigo Garcia, promotor do MP GAEMA PCJ, propôs de incluir essa discussão no âmbito da CT-SAM de modo a pensar como conciliar essas demandas sem dificultar o processo de elaboração de PMSR. **2.2. dos coordenadores de GT:** O Sr. Baraldi abriu para informes dos GTs: **a)** O Sr. Miguel Milinski, coordenador do GT-Cartilha, informou da realização da 1ª reunião do grupo no dia 24/03, antes desta reunião e informou dos primeiros trabalhos para planejar conteúdo e forma da cartilha de divulgação e solicitou à Agência PCJ o convite para o envio de um representante da Assessoria de Comunicação da Agência PCJ para apoiar a elaboração bem como prever recursos para divulgação; **b)** O Sr. Denis Herison, coordenador do GT-Mananciais, informou das reuniões realizadas e que tem trabalhado na avaliação do edital da Política de Mananciais das Bacias PCJ e informou que na última rodada houve projetos protocolados pelos municípios de Louveira/SP, Jundiá/SP, Piracicaba/SP, Analândia/SP, Limeira/SP, Atibaia/SP e Charqueada/SP. **2.3. dos Membros:** O Sr. Baraldi convidou os membros para realização dos informes: **a)** O Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra/SP, informou sobre as discussões sobre água realizada na Organização da Nações Unidas (ONU) em Nova York (EUA). Apresentou dois vídeos onde defende a importância dos métodos de conservação de solos e da água com utilização de Soluções Baseadas na Natureza e a experiência implementada no município de Holambra/SP; **b)** A Sra. Roseane Souza, representante da ABES-SP, informou que foi aprovada e publicada a ABNT NBR 17.080:2023 ([link](#)) que apresenta os requisitos para elaboração, implementação e avaliação de planos de segurança da água com a finalidade de assegurar seu fornecimento seguro e potável, por meio de um enfoque de avaliação e gestão de risco desde o manancial ou fonte até o ponto de consumo, independentemente do seu porte e das tecnologias de tratamento utilizadas. Informou que a experiência implantada nas Bacias PCJ, com projetos-piloto implantados em quatro municípios, gerou a publicação do Guia Prático para o desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água, disponível neste [link](#); **c)** O Sr. Sergio Razera, diretor-presidente da Agência PCJ, destacou que o lançamento da norma aconteceu no

dia 16/03/2023 no evento alusivo à “Celebração ao Dia Mundial da Água 2023”, organizado pela Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA), realizado em Brasília/DF. O Sr. Sergio parabenizou a Sra. Roseane pelo trabalho desenvolvido e que foi reconhecido no evento. Mais informações podem ser acessadas neste [link](#); **d)** O Sr. Sergio Razera informou sobre a assinatura de um convênio da Agência PCJ e a SABESP para investimentos em recomposição de matas ciliares na região do Sistema Cantareira nas Bacias PCJ e contará com investimentos de R\$8,75 milhões (oito milhões e setecentos e cinquenta mil reais). Mais informações podem ser acessadas por meio deste [link](#); **e)** O Sr. Sergio Razera informou sobre participação no lançamento do projeto do Restaurante “Martin Holandesa” no município de Holambra/SP, que envolve o convite aos clientes para contribuir para o financiamento de plantio e conservação de muda nativa em área de manancial. **2.4. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** Na sequência, o Sr. João Baraldi passou a palavra para a Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio à Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), para realizar os Informes: **a)** Alteração de representantes na CT-Rural: informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante do membro **PM de Louveira/SP**, solicitando o desligamento e substituição do Sr. Felipe Campos Vergueiro como representante titular pelo Sr. Daniel Fernando Miquelletto e o desligamento do Sr. Victor Marinheiro e da Sra. Marília Martins Rodrigues de Barros Neto como representantes suplentes e a indicação dos Srs. Vinícius Gottschall Criscuolo, Gustavo Henrique Tarallo Bossi, Luiz Henrique Dutra Gema, Bruno Muller Bigueto, Rodolfo Duarte de Melo, Mateus Bento Batista Arantes, Israel Silva de Oliveira, José Ricardo Verardo, Lucas Strabello e indicação das Sras. Carolina Mazine Alves, Tatiana Fidelis Correia da Silva, Patrícia Regina Siqueira Ferreira Calegari, Rose Mary G. Skelton Celidonio e Vanessa Fernanda Lourençon como representantes suplentes. Como essas alterações são de entidade já participante, a Sra. Rebeca destacou que não cabe aprovação havendo apenas a ciência aos demais membros da CT; **b)** Plano de Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: a Sra. Rebeca salientou a importância dos representantes realizarem cursos de capacitação em

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 152ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/03/2023 - 9h

Reunião por videoconferência – Google Meet

plataformas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo link <<https://capacitacao.ana.gov.br>> e do Capacita-SIGRH pelo link <<https://sigrh.sp.gov.br/capacita>>. Reforçou que os cursos disponibilizados na Escola Virtual de Governo (EV.G) estão integradas no sistema da ANA com todos os cursos disponibilizados naquela plataforma. Solicitou que os representantes que concluírem cursos encaminhem os certificados de cursos com os temas de meio ambiente e recursos hídricos, realizados em 2023, para o e-mail da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam atender as metas do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ; c) Custeio das diárias dos representantes da sociedade civil em reuniões dos Comitês PCJ: a Sra. Rebeca reforçou que um representante de cada membro da sociedade civil pode solicitar diária de custeio para participação de reuniões que não aconteçam no mesmo município de residência dele. As solicitações devem ser realizadas com cinco dias de antecedência e um relatório de participação deve ser preenchido até dez dias após a realização da reunião. Reforçou que no relatório deve conter imagem da lista de presença e o representante deve lembrar de tirar uma foto da lista com sua assinatura para comprovação. Os documentos de solicitação e comprovação e as deliberações que regulamentam esse processo são acessados neste [link](#) e maiores informações, podem ser buscadas junto à Agência PCJ; d) Próxima reunião agendada dos Comitês PCJ: convidou a todos para participar, destacando que a participação não é obrigatória para não membros, para a 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, a ser realizada no dia 30/03/2023, às 9h30 na Escola de Engenharia de Piracicaba (EEP) no município de Piracicaba/SP. 3. **Aprovação da Ata da 151ª Reunião Ordinária, realizada em 10/02/2023:** O Sr. Baraldi informou que a minuta de ata da 151ª Reunião Ordinária da CT-Rural, realizada em 10/02/2023, por videoconferência, foi encaminhada junto da convocação da reunião e questionou os membros sobre a necessidade de leitura, sendo dispensada. Na sequência, abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, o Sr. Baraldi colocou em apreciação a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade. 4. **Apresentação da experiência do Plano Municipal de Saneamento Rural da Prefeitura de Capão Bonito/SP**

– **(parceria entre prefeitura municipal de capão bonito e FUNASA/SP):** Na sequência, o Sr. Baraldi convidou o Sr. Rodrigo Brandini Bloes, que é engenheiro civil, mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, e Coordenador do desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Rural da Prefeitura de Capão Bonito/SP. A Sra. Roseane Souza, representante da ABES-SP, apresentou o Sr. Rodrigo e informou que o município de Capão Bonito/SP fez parte de um projeto piloto organizado pela Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde (MS) e executado pela empresa Fundação Vanzolini, junto dos municípios de Tupã/SP, Mogi das Cruzes/SP e São Vicente/SP e explicou que o projeto visa ser menos burocrático e mais adequado à realidade local. O Sr. Rodrigo agradeceu a oportunidade e fez a apresentação do processo de desenvolvimento do PMSR de Capão Bonito/SP. O Sr. Rodrigo explicou que o município fica a 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros) de distância da capital e possui um vasto território rural, compreendendo 65 (sessenta e cinco) bairros rurais e uma população rural estimada de 6,7 mil (seis mil e setecentos) dentre os 47 mil (quarenta e sete mil) habitantes do município. O objetivo do PMSR é garantir a saúde da população e a qualidade do meio ambiente. O projeto foi iniciado em novembro/2022 e no mês de dezembro/22 foi formado um Comitê Executivo e um Grupo Técnico de Acompanhamento com representantes da sociedade civil, empresa de saneamento e prefeitura. A proposta foi apresentada em reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural em dezembro/22. O Sr. Reinaldo José Daniel, diretor de meio ambiente de Capão Bonito/SP, informou sobre o processo de mobilização social e consequente apoio dos conselheiros para a proposta. O Sr. Rodrigo informou que foram planejadas e executadas doze oficinas participativas em bairros rurais agrupados por proximidade. A metodologia do trabalho foi a contribuição por meio do “muro dos problemas” e a “árvore das soluções” para os quatro temas do saneamento básico. Na sequência, são pensadas diretrizes e ações para solucionar os problemas, na visão daquele grupo reunido, que vão subsidiar os técnicos que elaborarão o plano. Nas reuniões, cinco delegados representantes foram eleitos para o acompanhamento dos trabalhos. Na sequência, visitas técnicas e questionários aos usuários foram executados para realização do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 152ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/03/2023 - 9h Reunião por videoconferência – Google Meet

diagnóstico. O cronograma dos trabalhos vai até o mês de junho/23 e há a integração com outros planos existentes ou em conclusão como Plano Diretor, Municipal de Saneamento Básico e o Plano de Mata Atlântica. A Sra. Roseane Souza, representante da ABES-SP, explicou que foi elaborado um questionário para levantamento de informações com visitas casa-a-casa e outro para levantamento de informações comunitárias e por questão de custo e tempo, a segunda proposta foi a escolhida para ser implementada em Capão Bonito/SP e que demais informações necessárias poderão ser buscadas num processo posterior de revisão do Plano, já que o recurso disponível é insuficiente. O Sr. Baraldi agradeceu a apresentação e abriu para dúvidas e esclarecimentos. O Dr. Rodrigo Garcia, promotor do MP GAEMA-PCJ, parabenizou o trabalho realizado e questionou sobre a forma de levantamento de informações das necessidades das propriedades rurais. Questionou sobre a metodologia de acompanhamento da implementação das ações para não perder o investimento realizado. O Sr. Rodrigo Bloes explicou que a característica das propriedades rurais é bem diversa e a expectativa de levantamento das necessidades é por meio dos questionários, oficinas e visitas técnicas em todos os bairros, mas não abrangendo visita em todas as moradias. Quanto ao acompanhamento da implementação, o Sr. Rodrigo informou que o plano não definiu ainda a forma de realizar o processo de acompanhamento. O Sr. Rogério Selicani, representante da P.M. de Itatiba/SP, questionou sobre como foi feita a seleção de amostras para levantamento de dados primários *in loco* nas propriedades rurais visto que o município tem uma vasta extensão territorial. O Sr. Rodrigo informou que não houve uma avaliação amostral e que as informações foram elaboradas de acordo com as informações levantadas nos questionários. O Sr. Renato Cardoso, representante do SEMAE Piracicaba/SP, questionou como foi feita a integração do plano de saneamento rural com o plano de saneamento do município. O Sr. Rodrigo informou que os planos devem ser integrados e as ações precisam ser comparadas de forma a integrá-la e que as metas sejam conciliadas e compatibilizadas e que os conselhos municipais possam ser espaço de resolução de conflitos. A Sra. Isabel Figueiredo, representante da CATI, parabenizou pela apresentação e questionou sobre a coleta dos dados e como foi realizado este

levantamento. O Sr. Rodrigo informou que as informações gerais são levantadas nas reuniões e os equipamentos são propostos conforme as análises dos dados e que o refinamento das informações virá num segundo momento, mas que demandará recursos complementares para sua realização, havendo a necessidade de buscar apoio em outros órgãos local, estadual e federal. No caso de falta dos recursos, deverá haver uma priorização de quais áreas receberão esse levantamento. A Sra. Ana Lucia Brasil, representante da ABES-SP, questionou sobre o trabalho realizado pela empresa contratada e se há uma informação sobre a diversidade dos bairros rurais. O Sr. Rodrigo informou que a empresa faz o acompanhamento das oficinas e levantamento, mas não está no escopo o levantamento em todas as comunidades e disse que entende que o corpo técnico da prefeitura complementa com conhecimento sobre a realidade e diversidade da população rural do município. A Sra. Eliana Kitahara, representante do ABES, fez a sugestão de buscar mais informações acerca do Programa implementado nos estados do Ceará e Pernambuco denominado “Sistema integrado de saneamento rural” (SISAR). Informou que é uma ação de gestão compartilhada dos beneficiados com apoio do município, da empresa operadora de saneamento e do governo estadual. O Dr. Rodrigo Garcia, promotor do GAEMA PCJ, reforçou a importância do estabelecimento de uma estrutura de gestão permanente do saneamento rural para que não se perca o que foi implantado e que continue sendo aprimorado, sendo que o custeio desse serviço deve ser pensado ter diretrizes no Plano. O Sr. José Penatti, representante da AFOCAPI, complementou informando que mais um agravante neste processo é o aumento dos núcleos de chácaras de recreio que ampliam o volume de efluentes gerados e que não possui sistemas de tratamento adequado. Reforçou a dificuldade que muitos proprietários rurais possuem em implantar e manter soluções individuais de tratamento dos efluentes gerados na propriedade. O Sr. Baraldi agradeceu a apresentação, as contribuições dos membros que muito enriqueceu a discussão e deu prosseguimento na pauta. **5. Palavra Aberta / Outros Assuntos:** O Sr. Baraldi abriu para inscrição de outros assuntos e não houve solicitação pelos membros presente. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural, agradeceu a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 152ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/03/2023 - 9h

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

presença de todos e deu por encerrada a reunião, lembrando que a próxima reunião acontecerá de modo presencial, no município de Rio Claro/SP, com início às 9h30.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-Rural

Denis Herisson da Silva
Coordenador-adjunto da CT-Rural